

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.857 - AM (2018/0041181-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **SAO JUDAS TADEU MATERIAIS DE CONSTRUÇOES LTDA - ME**
ADVOGADO : **ABSALÃO GONZALES JUNIOR - AM003278**
AGRAVADO : **ITAUTINGA AGRO INDUSTRIAL S/A**
ADVOGADOS : **JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO - AM001456**
ANA RITA LIMA FREIRE - AM003056
JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA E OUTRO(S) - AM002950

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. DEFICIÊNCIA DAS RAZÕES RECURSAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE QUAIS TERIAM SIDO OS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS. INSUFICIÊNCIA DA INDICAÇÃO DE LEI FEDERAL SEM QUE HAJA A ESPECIFICAÇÃO DOS ARTIGOS QUE TERIAM SIDO VIOLADOS. DISPOSITIVOS LEGAIS QUE NÃO GUARDAM RELAÇÃO COM TESE RECURSAL. SÚMULA 284/STF. PROTESTO DE TÍTULO PRESCRITO. INEXISTÊNCIA DE ABALO AO CRÉDITO, E CONSEQUENTEMENTE DANO AO DEVEDOR, QUANDO AINDA SEJA POSSÍVEL AO CREDOR BUSCAR O PAGAMENTO DA DÍVIDA POR OUTROS MEIOS, COMO A AÇÃO DE COBRANÇA OU A AÇÃO MONITÓRIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL NA PARTE CONHECIDA.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por SÃO JUDAS TADEU MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA. - ME contra decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Amazonas que inadmitiu seu recurso especial.

É o relatório.

Passo a decidir.

As razões apresentadas no agravo são suficientes para que se analise o recurso especial, motivo pelo qual passo a fazê-lo.

Nas razões deste apelo, a recorrente alega violação do artigo 9º da Lei 9.492/97, do artigo 206, § 3º, inciso VIII, do Código Civil e do artigo 18, inciso I, da Lei 6.458/77 e da Lei 11.280/2006. Argumenta que *"o título prescrito serve apenas como princípio de prova da relação jurídica subjacente que deu ensejo à sua emissão, não detendo mais os requisitos que o caracterizam como título executivo extrajudicial (liquidez, certeza e exigibilidade), e que legitimariam o portador a exigir seu imediato pagamento e, por conseguinte, a fazer prova do inadimplemento pelo protesto"*. Entende que *"sob nenhum enfoque há de se afastar a abusividade do protesto de título de crédito prescrito"*. Pondera que, *"considerando a completa abusividade em se lavrar a protesto título já prescrito em relação a ação executiva, quiçá, com fins de eventual manejo da ação de conhecimento ou monitória, uma vez que o título atingido pela prescrição transmuda-se em mero princípio de prova de suposta relação jurídica, uma vez que perdera a liquidez, a certeza e a exigibilidade"*. Assevera que o *"jugador do e. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas contrariou ao entendimento cristalizado na súmula 227 do c. STJ"*. Assevera que os embargos declaratórios opostos *"foram alicerçados em dois pilares, a saber: em primeiro plano demonstrou-se a nítida omissão do julgador local acerca do notório abuso de direito do suposto credor, que emerge de forma gritante, ao se constatar que a Recorrida levou a protesto um título de crédito há muito atingido inexoravelmente pelo fenômeno da prescrição"*, motivo pelo qual não se poderia *"vislumbrar a natureza 'protelatória' reconhecida pelo julgador de origem"*. Sustenta que *"ao omitir juízo acerca da abusividade do ato de protesto do título há muito prescrito, o julgador negou vigência aos apontados dispositivos de lei federal"*.

O presente recurso não comporta provimento na parte em que pode ser conhecido.

É patente a deficiência de parte das razões recursais, encontrando o

conhecimento do recurso óbice na Súmula 284/STF.

Observe-se que a interposição de recurso especial deve demonstrar como, no caso concreto, ocorreu a violação à legislação federal. Assim, invariavelmente o recurso deverá indicar com precisão o dispositivo legal que entende ter sido inobservado e apresentar elementos particulares aos caso concreto que demonstram como, de fato, isto teria ocorrido. Em outras palavras, a estrutura a ser adotada nas razões recursais é sempre a mesma, há uma premissa maior, um comando legal, e uma premissa menor, uma conduta que permite concluir pela inobservância deste.

Destarte, cabe a quem recorre, invariavelmente, apresentar estes dois elementos, de modo que a ausência tanto de premissa maior quanto de premissa menor tornarão deficiente a fundamentação recursal, pois impossibilita a verificação de como a legislação federal foi violada.

No que tange à pretensão recursal de que seja afastada a multa que lhe fora aplicada, a recorrente não indica qual teria sido o dispositivo legal violado, o que, por si só, torna deficiente as razões recursais.

Do mesmo modo, não basta alegar que determinada Lei foi violada, é necessário que haja a especificação de quais seriam os artigos que teriam sido violados. Há muito resta consolidado na jurisprudência que a alegação genérica de violação a Lei federal obsta o conhecimento do recurso, ante a incidência da Súmula 284/STF. Neste sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO. DOENÇAS DIVERSAS. AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL DAS PATOLOGIAS COM A ATIVIDADE LABORAL. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. INCIDÊNCIA DAS SUMULAS 283 E 284/STF.

SÚMULAS 5 E 7. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA E DE CLÁUSULA CONTRATUAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A alegação genérica de violação à lei federal, sem indicar de forma precisa em que consistiu a suposta negativa de vigência da lei e, ainda, qual seria sua correta interpretação, ensejam deficiência de fundamentação no recurso especial, inviabilizando a abertura da instância excepcional. Incidência da Súmula 284 do STF.

2. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

3. Reverter a conclusão do Tribunal local para acolher a pretensão recursal com relação à existência de abusividade da cláusula contratual, demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos e a análise e interpretação de cláusulas contratuais, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, consoante enunciado das Súmulas n. 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1489200/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 02/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA CUMULADA COM REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DA LEI FEDERAL E DEMONSTRAÇÃO DE SUA VIOLAÇÃO. ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. No tocante ao pedido de indenização securitária por invalidez e à condenação pelos danos morais, as razões do inconformismo não permitem identificar de que forma se deu a violação à lei federal, pois o recorrente não apontou quais dispositivos teriam sido ofendidos ou tiveram a interpretação divergente pela jurisprudência.

Incide, à espécie, o óbice da Súmula 284 do STF.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1308915/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/02/2019, DJe 21/02/2019)

Assim, são deficientes as razões recursais quanto à alegada violação à Lei 11.280/2006.

No que tange ao artigo 206, § 3º, inciso VIII, do Código Civil e ao artigo 18, inciso I, da Lei 6.458/77, há de se observar que estes não guardam relação com a questão discutida nos autos, o que torna incompreensível como poderiam ter sido violados na espécie.

Observe-se que a tese recursal é a de que seria abusivo o protesto de título prescrito, pois este serviria *"apenas como princípio de prova da relação jurídica subjacente que deu ensejo à sua emissão, não detendo mais os requisitos que o caracterizam como título executivo extrajudicial (liquidez, certeza e exigibilidade), e que legitimariam o portador a exigir seu imediato pagamento e, por conseguinte, a fazer prova do inadimplemento pelo protesto"*. A prescrição constitui premissa da tese recursal, não havendo qualquer controvérsia acerca da sua existência.

Observe-se que o Tribunal de origem em nenhum momento nega que o título protestado estaria prescrito, ponderando apenas que a prescrição, por si só, não afasta a exigibilidade do crédito, pois ainda é possível o ajuizamento de ação de cobrança ou monitória para buscar o pagamento, nem autoriza o cancelamento do protesto.

Nestes termos, é absolutamente incompreensível como estes dispositivos legais poderiam ter sido violados, seja porque o Tribunal de origem não rejeita a premissa de que o título protestado estaria precluso, seja porque estes dispositivos não guardam qualquer relação com a questão do protesto de título.

Por fim, pontuo que a interposição de recurso com fundamento na alínea "c", em divergência jurisprudencial, também pressupõe a indicação de qual teria sido o dispositivo legal que teria recebido interpretação divergente, sob pena de aplicação da Súmula 284/STF. Assim, não basta alegar que o *"julgador do e. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas contrariou ao entendimento cristalizado na súmula 227 do c. STJ"*, seria imprescindível que se indicasse qual seria o dispositivo legal pertinente à discussão.

Ademais, cumpre lembrar a Súmula 518/STJ:

Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é

cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.

(Súmula 518, CORTE ESPECIAL, julgado em 26/02/2015, DJe 02/03/2015)

Há de se observar ainda que para que se pudesse contrariar o entendimento externado neste enunciado o Tribunal de origem deveria rejeitar a possibilidade de que uma pessoa jurídica pudesse sofrer danos extrapatrimoniais, algo que simplesmente não se observa na espécie. Com efeito, do fato do Tribunal de origem concluir que o protesto de título prescrito não é abusivo, não sendo, portanto, apto a gerar danos morais, não se pode concluir que o Tribunal de origem também entende que as pessoas jurídicas nunca poderiam sofrer danos morais. Existem duas questões distintas, não sendo possível compreender qual seria a pertinência da Súmula indicada à espécie.

Assim, deficientes as razões recursais quanto ao ponto.

Dito isto, a única questão apta a superar o juízo de admissibilidade é a alegada violação ao artigo 9º da Lei 9.492/97.

Nada obstante, o recurso não comporta provimento quanto ao ponto. A Terceira Turma deste Tribunal, alterando entendimento anterior no sentido de que seria indevido o protesto de título prescrito, no julgamento do REsp 1.677.772/RJ, passou a acolher a posição de que a Lei 9.492/97, em seu artigo 1º, dispõe que são habilitados ao protesto extrajudicial os títulos de crédito e "*outros documentos de dívida*", de modo que caso o credor ainda tenha "*vias alternativas para a cobrança da dívida consubstanciada no título, não há se falar em abalo de crédito, na medida em que o emitente permanece na condição de devedor, estando, de fato, impontual no pagamento*". Neste sentido:

DIREITO CIVIL E DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE PROTESTO C/C PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROTESTO DE CHEQUES PRESCRITOS. IRREGULARIDADE. HIGIDEZ DA DÍVIDA. POSSIBILIDADE DE MANEJO DE AÇÃO DE COBRANÇA FUNDADA NA RELAÇÃO CAUSAL E DE AÇÃO MONITÓRIA. ABALO DE CRÉDITO INEXISTENTE. DANO

MORAL NÃO CARACTERIZADO.

1. Ação ajuizada em 27/07/2007. Recurso especial interposto em 28/07/2011 e distribuído em 22/09/2016. Julgamento: Aplicação do CPC/73.

2. O propósito recursal reside em definir se o protesto de cheques prescritos é ilegal e se enseja dano moral indenizável.

3. O protesto cambial apresenta, por excelência, natureza probante, tendo por finalidade precípua servir como meio de prova da falta ou recusa do aceite ou do pagamento de título de crédito.

4. De acordo com o disposto no art. 1º da Lei 9.492/97 ("Lei do Protesto Notarial"), são habilitados ao protesto extrajudicial os títulos de crédito e "outros documentos de dívida", entendidos estes como instrumentos que caracterizem prova escrita de obrigação pecuniária líquida, certa e exigível, ou seja, documentos que propiciem o manejo da ação de execução.

5. Especificamente quanto ao cheque, o apontamento a protesto mostra-se viável dentro do prazo da execução cambial - que é de 6 (seis) meses contados da expiração do prazo de apresentação -, desde que indicados os devedores principais (emitente e seus avalistas). Em relação aos coobrigados (endossantes e respectivos avalistas), o art. 48 da Lei 7.347/85 impõe que o aponte a protesto seja realizado no prazo para apresentação do título ao sacado.

6. Consoante decidido pela 2ª Seção no REsp 1.423.464/SC, submetido ao rito dos recursos especiais repetitivos, "sempre será possível, no prazo para a execução cambial, o protesto cambiário de cheque, com a indicação do emitente como devedor" (tema 945).

7. Na hipótese dos autos, os protestos dos cheques foram irregulares, na medida em que efetivados cerca de 4 (quatro) anos após a data da emissão dos títulos.

8. Cuidando-se de protesto irregular de título de crédito, o reconhecimento do dano moral está atrelado à ideia do abalo do crédito causado pela publicidade do ato notarial, que, naturalmente, faz associar ao devedor a pecha de "mau pagador" perante a praça.

9. Todavia, na hipótese em que o protesto é irregular por estar prescrita a pretensão executória do credor, havendo, porém, vias alternativas para a cobrança da dívida consubstanciada no título, não há se falar em abalo de crédito, na medida em que o emitente permanece na condição de devedor, estando, de fato, impontual no pagamento.

10. Prescrita a ação executiva do cheque, assiste ao credor a faculdade de ajuizar a ação cambial por locupletamento ilícito,

no prazo de 2 (dois) anos (art. 61 da Lei 7.357/85); ação de cobrança fundada na relação causal (art. 62 do mesmo diploma legal) e, ainda, ação monitória, no prazo de 5 (cinco) anos, nos termos da Súmula 503/STJ.

11. Nesse contexto, embora, no particular, tenham sido indevidos os protestos, pois extemporâneos, a dívida consubstanciada nos títulos permanecia hígida, não estando caracterizado, portanto, abalo de crédito apto a ensejar a caracterização do dano moral.

12. Recurso especial parcialmente provido, apenas para se determinar o cancelamento dos protestos.

(REsp 1.677.772/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 20/11/2017)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO OBJETIVANDO CANCELAMENTO DE PROTESTO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROTESTO DE CHEQUES PRESCRITOS. IRREGULARIDADE. SUBSISTÊNCIA DA DÍVIDA ANTE A POSSIBILIDADE DE MANEJO DE AÇÃO CAMBIAL. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA. CHEQUE PRESCRITO. CRÉDITO. PRESCRIÇÃO. CINCO ANOS. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. A Terceira Turma, modificando entendimento anteriormente perfilhado, passou a compreender que o protesto irregular de cheque prescrito não caracteriza abalo de crédito apto a ensejar danos morais ao devedor, se ainda remanescer ao credor vias alternativas para a cobrança da dívida consubstanciada no título. Precedente: REsp 1.677.772/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 20/11/2017.

3. Nos termos do art. 206, § 5º, I, do CC/02, prescreve em cinco anos o crédito ostentado em cheque de força executiva extinta. Precedentes.

4. A agravante não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento

aqui consolidado para negar provimento ao recurso especial.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp 1548842/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/10/2018, DJe 25/10/2018)

Trata-se de fundamentação que guarda identidade com aquela utilizada pelo Tribunal de origem, que pondera que ainda seria possível "*a perseguição do crédito mediante ação de conhecimento ou monitoria. Portanto, eventual perda da executividade do título não importa necessariamente, no cancelamento do protesto*".

Assim, não há qualquer reparo a ser feito na decisão agravada, que encontra-se em conformidade com o entendimento desta Turma.

Ante o exposto, conheço do agravo para, desde logo, NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial na parte conhecida.

Em atenção ao art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, a título de honorários recursais, majoro os honorários arbitrados na origem (e-STJ fls. 348) a 20% sobre o valor atualizado da causa.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator